

**INSTITUTO  
SEGURANÇA  
SOCIAL**

Porto

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DAS**

**INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE  
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

**ANO DE**

**2015**

**DENOMINAÇÃO** Liga dos Amigos do Hospital Geral de Santo António

**MORADA** Rua D. Manuel II – Edf. Ex - CICAP

**N.** **ANDAR** **LOCALIDADE** Porto

**FREGUESIA** Miragaia

**CONCELHO** Porto

**COD. POSTAL** 4050 - 345

EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

(Assinatura do Contabilista Certificado)

**A DIRECÇÃO:**

**APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL**

**DATA:** \_\_\_\_\_

**ASSINATURAS:**

**ASSINATURA DO PRESIDENTE**

**LIGA AMIGOS HOSPITAL SANTO ANTONIO**  
**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

Contribuinte: 501293310

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS		NOTAS	DATAS	
			31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
ACTIVO				
Activo não corrente				
Activos fixos tangíveis	5	270,04	564,03	
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00	
Propriedades de investimento		0,00	0,00	
Activos intangíveis		0,00	0,00	
Investimentos financeiros	11.1	212,17	83,28	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00	
		482,21	647,31	
Activo corrente				
Inventários	6	3 919,48	2 802,61	
Clientes		0,00	0,00	
Adiantamentos a fornecedores	11.8	0,00	214,40	
Estado e outros entes públicos	11.9	549,94	0,00	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.2	15 000,00	12 000,00	
Outras contas a receber	11.3	695,40	150,00	
Diferimentos	11.4	1 829,93	1 895,92	
Outros activos financeiros	11.5	106 669,81	106 346,78	
Caixa e depósitos bancários	11.6	47 555,65	43 003,70	
		176 220,21	166 413,41	
Total do activo		176 702,42	167 060,72	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos	11.7	55 549,89	55 549,89	
Excedentes técnicos		0,00	0,00	
Reservas		0,00	0,00	
Resultados transitados	11.7	94 373,69	81 317,27	
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	
Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	
		149 923,58	136 867,16	
Resultado líquido do período		9 830,28	13 056,42	
Total do fundo de capital		159 753,86	149 923,58	
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		0,00	0,00	
Provisões específicas		0,00	0,00	
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	
Outras contas a pagar		0,00	0,00	
		0,00	0,00	
Passivo corrente				
Fornecedores	11.8	2 690,37	4 976,46	
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00	
Estado e outros entes públicos	11.9	2 284,41	1 714,73	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00	
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	
Diferimentos	11.4	3 428,03	2 311,40	
Outras contas a pagar	11.10	8 545,75	8 134,55	
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	
		16 948,56	17 137,14	
Total do passivo		16 948,56	17 137,14	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		176 702,42	167 060,72	

A Direcção

O responsável

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 015	2 014
Vendas e serviços prestados	7	77 721,59	57 949,12
Subsídios, doações e legados à exploração	11.11	61 813,74	69 080,78
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	30 000,32	17 680,18
Fornecimentos e serviços externos	11.12	22 717,09	35 814,54
Gastos com o pessoal	9	59 605,02	59 029,79
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	11.15	323,03	2 464,98
Outros rendimentos e ganhos	11.13	16 353,76	24 531,07
Outros gastos e perdas	11.14	33 034,45	27 684,51
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos</b>		<b>10 855,24</b>	<b>13 816,93</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	293,99	489,63
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>10 561,25</b>	<b>13 327,30</b>
De financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros de financiamentos obtidos		0,00	0,00
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>10 561,25</b>	<b>13 327,30</b>
Imposto sobre o rendimento do período	8	730,97	270,88
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>9 830,28</b>	<b>13 056,42</b>

A Direcção

O responsável

Entidade: LIGA AMIGOS HOSPITAL SANTO ANTONIO  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Contribuinte: 501293310

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Apoio Social	Lojinha	Alimentação Entérica	PERÍODOS	
					2015	2014
Vendas e serviços prestados	7	39 675,12	24 689,13	13 357,34	77 721,59	57 949,12
Custo das vendas e dos serviços prestados	6 e 9	54 669,21	22 320,30	12 615,83	89 605,34	76 709,97
<b>Resultado Bruto</b>		<b>-14 994,09</b>	<b>2 368,83</b>	<b>741,51</b>	<b>-11 883,75</b>	<b>-18 760,85</b>
Outros rendimentos	7, 11.11 e 11.13	78 233,40	819,50	0,00	79 052,90	96 100,35
Transportes de mercadorias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos administrativos	11.12 e 5	22 513,25	497,83	0,00	23 011,08	36 334,26
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos	11.14 e 11.15	33 645,62	-48,80	0,00	33 596,82	27 677,94
<b>Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)</b>		<b>7 080,44</b>	<b>2 739,30</b>	<b>741,51</b>	<b>10 561,25</b>	<b>13 327,30</b>
Juros suportados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>7 080,44</b>	<b>2 739,30</b>	<b>741,51</b>	<b>10 561,25</b>	<b>13 327,30</b>
Imposto sobre o rendimento do período	8	0,00	575,25	155,72	730,97	270,88
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>7 080,44</b>	<b>2 164,05</b>	<b>585,79</b>	<b>9 830,28</b>	<b>13 056,42</b>

A Direcção

O Responsável

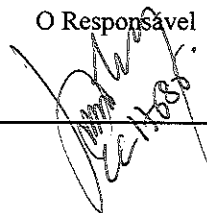
**LIGA AMIGOS HOSPITAL SANTO ANTONIO**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		81 437,98	62 465,35
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		78 643,10	69 375,21
Pagamentos ao pessoal		42 707,64	58 891,77
Caixa gerada pelas operações		-39 912,76	-65 801,63
<b>Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento</b>		0,00	0,00
<b>Outros recebimentos/pagamentos</b>		-5 072,59	20 591,97
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-44 985,35	-45 209,66
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0,00	0,00
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações	11.11	49 389,16	48 922,39
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		49 389,16	48 922,39
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		4 403,81	3 712,73
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		0,00	0,00
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		43 003,70	39 290,97
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		47 555,65	43 003,70

A Direcção

O Responsável



# **LIGA DOS AMIGOS DO HOSPITAL GERAL DE SANTO ANTÓNIO**

**Anexo às Demonstrações Financeiras de 2015**

## Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	3
3.1	Bases de Apresentação .....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	9
5	Activos Fixos Tangíveis .....	9
6	Inventários .....	9
7	Rédito .....	10
8	Imposto sobre o Rendimento .....	10
9	Benefícios dos empregados .....	11
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	11
11	Outras Informações.....	11
11.1	Investimentos Financeiros .....	11
11.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros .....	12
11.3	Outras contas a receber .....	12
11.4	Diferimentos .....	12
11.5	Outros Ativos Financeiros .....	12
11.6	Caixa e Depósitos Bancários .....	13
11.7	Fundos Patrimoniais.....	13
11.8	Fornecedores .....	13
11.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	13
11.10	Outras Contas a Pagar .....	14
11.11	Subsídios, doações e legados à exploração .....	14
11.12	Fornecimentos e serviços externos.....	14
11.13	Outros rendimentos e ganhos .....	14
11.14	Outros gastos e perdas .....	15
11.15	Aumentos/reduções de justo valor.....	15
11.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados .....	15
11.17	Acontecimentos após data de Balanço .....	15

## **1 Identificação da Entidade**

A Liga dos Amigos do Hospital Geral de Santo António é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº150 de 1 de Julho de 1977.

Tem sede na Rua D. Manuel II – Edif. Ex. CICAP, freguesia de Miragaia, no concelho do Porto.

Tem como principais objetivos participar, como órgão consultivo, na definição das grandes orientações da política de saúde no hospital, colaborar com todas as pessoas singulares ou coletivas, com vista ao máximo aproveitamento de todas as potencialidades para o melhoramento da saúde, colaborar nas mais diversas iniciativas da comunidade e ou das suas instituições que se dirijam à promoção cultural e bem-estar do doente e colaboração ativa no serviço social do hospital, tanto no acolhimento como o internamento, tanto na assistência domiciliar e ambulatoria, como na integração social.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

## **3 Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)



**3.1.1 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

**3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

**3.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

**3.1.4 Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

**3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	6 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Activos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

### 3.2.2 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as comparticipações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às comparticipações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

### 3.2.3 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

### 3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

#### Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

**Fornecedores e outras contas a pagar**

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

**3.2.5 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

**3.2.6 Impostos Sobre o Rendimento**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas.

No entanto o nº3 do referido artigo menciona que: “ a isenção prevista no nº 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no nº3 do artº 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do nº 5 do artº 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e as taxas previstas no artº 88.

#### 4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### 5 Activos Fixos Tangíveis

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2014	Adições	Abate	Transferência	31-12-2015
Equipamento Básico	91 727,75				91 727,75
Equipamento Administrativo	99 880,23				99 880,23
Outros Activos Fixos Tangíveis	15 424,44				15 424,44
<b>Activo Tangível Bruto</b>	<b>207 032,42</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>207 032,42</b>
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Básico	91 182,07	275,64			91 457,71
Equipamento Administrativo	99 861,88	18,35			99 880,23
Outros Activos Fixos Tangíveis	15 424,44	0,00			15 424,44
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>206 468,39</b>	<b>293,99</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>206 762,38</b>
<b>Activo Tangível Líquido</b>	<b>564,03</b>	<b>-293,99</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>270,04</b>

#### 6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2015	31-12-2014
Mercadorias	3 919,48	2 802,61
<b>Total</b>	<b>3 919,48</b>	<b>2 802,61</b>

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2015	2014
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	2 802,61	2 738,71
Compras	31 269,87	18 174,59
Devolução Compras	152,68	400,42
Regularizações	0,00	30,09
Saldo Final	3 919,48	2 802,61
<b>Gastos do Período</b>	<b>30 000,32</b>	<b>17 680,18</b>

## 7 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2015	31-12-2014
<b>Vendas</b>	<b>38 046,47</b>	<b>23 375,06</b>
Mercadorias	38 046,47	23 375,06
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>39 675,12</b>	<b>34 574,06</b>
Quotas e Jóias	39 675,12	34 574,06
<b>Vendas e serviços prestados</b>	<b>77 721,59</b>	<b>57 949,12</b>
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>16 353,76</b>	<b>24 531,07</b>
Eventos/ Angariação de Fundos	16 353,76	23 706,15
Outros	0,00	824,92
<b>Aumentos justo valor</b>	<b>885,40</b>	<b>2 488,50</b>
Intrumentos finaceiros	885,40	2 488,50
<b>Total</b>	<b>94 960,75</b>	<b>84 968,69</b>

## 8 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 730,97€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

DESCRIÇÃO	31-12-2015	31-12-2014
IRC Liquidado	730,97	270,88
<b>Total</b>	<b>730,97</b>	<b>270,88</b>

## 9 Benefícios dos empregados

Em 2015 e 2014 são cinco os membros que compõem o órgão diretivo.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante o exercício de 2014 bem como no exercício de 2013 foi de 6.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações ao pessoal	49 846,49	49 881,64
Encargos sobre as Remunerações	9 176,35	9 029,32
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	582,18	118,83
<b>Total</b>	<b>59 605,02</b>	<b>59 029,79</b>

Trabalho Voluntário prestado no exercício de 2015

Funções Desempenhadas	Nº de Pessoas	Total Horas
Voluntários	288	35052

## 10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

### 11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2015	2014
<b>Outros investimentos Financeiros</b>		
FCT	212,17	83,28
<b>Total</b>	<b>212,17</b>	<b>83,28</b>



**11.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros**

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
<b>Activo</b>		
Quotas	15 000,00	12 000,00
<b>Total</b>	<b>15 000,00</b>	<b>12 000,00</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**11.3 Outras contas a receber**

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
<b>Outras Contas a Receber</b>		
Outros	695,40	150,00
<b>Total</b>	<b>695,40</b>	<b>150,00</b>

**11.4 Diferimentos**

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguro Acidentes Trabalho	479,27	349,41
Seguros Outros	1 350,66	1 546,51
<b>Total</b>	<b>1 829,93</b>	<b>1 895,92</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Quotas	2 077,37	2 311,40
Seguro - Donativo	1 350,66	0,00
<b>Total</b>	<b>3 428,03</b>	<b>2 311,40</b>

**11.5 Outros Ativos Financeiros**

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
<b>Outros Instrumentos Financeiros</b>		
BPI	106 669,81	106 346,78
<b>Total</b>	<b>106 669,81</b>	<b>106 346,78</b>

### 11.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
<b>Caixa e Depósitos Bancários</b>		
Caixa	10 985,52	10 868,47
Depósitos à Ordem	36 570,13	32 135,23
<b>Total</b>	<b>47 555,65</b>	<b>43 003,70</b>

### 11.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	55 549,89			55 549,89
Resultados Transitados	81 317,27	13 056,42	0,00	94 373,69
<b>Total</b>	<b>136 867,16</b>	<b>13 056,42</b>	<b>0,00</b>	<b>149 923,58</b>

### 11.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
<b>Fornecedores c/c</b>		
Fornecedores	2 690,37	4 976,46
<b>Total</b>	<b>2 690,37</b>	<b>4 976,46</b>
<b>Adiantamento a fornecedores</b>		
Fornecedores	0,00	214,40
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>214,40</b>

### 11.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
<b>Activo</b>		
IVA - a recuperar	549,94	0,00
<b>Total</b>	<b>549,94</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo</b>		
IRC - Estimado	730,97	270,88
Retenções na Fonte - IRS	82,00	94,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado	405,72	372,73
Segurança Social	1 050,60	969,62
FCT e FGCT	15,12	7,50
<b>Total</b>	<b>2 284,41</b>	<b>1 714,73</b>

**11.10 Outras Contas a Pagar**

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Credores por Acréscimo de</b>		<b>8 527,45</b>		<b>8 055,78</b>
Remunerações a Liquidar		8 354,57		7 799,33
Outras despesas diferidas		172,88		256,45
<b>Outros Credores</b>		<b>18,30</b>		<b>78,77</b>
Outros Credores		18,30		78,77
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>8 545,75</b>	<b>0,00</b>	<b>8 134,55</b>

**11.11 Subsídios, doações e legados à exploração**

Descrição	2015	2014
Doações e heranças - Donativos	61 813,74	69 080,78
<b>Total</b>	<b>61 813,74</b>	<b>69 080,78</b>

**11.12 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Serviços especializados	6 069,98	5 584,72
Materiais	4 716,59	5 272,69
Deslocações e estadas	236,75	0,00
Serviços diversos	11 693,77	24 957,13
<b>Total</b>	<b>22 717,09</b>	<b>35 814,54</b>

**11.13 Outros rendimentos e ganhos**

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>		
Rendimentos Suplementares	16 353,76	23 706,15
Outros	0,00	824,92
<b>Total</b>	<b>16 353,76</b>	<b>24 531,07</b>

**11.14 Outros gastos e perdas**

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
<b>Outros Gastos e Perdas</b>	<b>33 034,45</b>	<b>27 684,51</b>
Impostos	6,15	2,73
Perdas em inventários	0,00	30,09
Apoio Social/Humanização	32 359,01	25 881,19
Outros	669,29	1 770,50
<b>Total</b>	<b>33 034,45</b>	<b>27 684,51</b>

**11.15 Aumentos/reduções de justo valor**

A rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
<b>Aumentos por reduções de justo valor</b>	<b>885,40</b>	<b>2 488,50</b>
Em instrumentos financeiros - BPI	885,40	2 488,50
<b>Perdas por reduções de justo valor</b>	<b>562,37</b>	<b>23,52</b>
Em instrumentos financeiros - BPI	562,37	23,52
<b>Total</b>	<b>323,03</b>	<b>2 464,98</b>

**11.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados**

As instalações são cedidas pelo hospital, não tendo a instituição qualquer encargo com as mesmas.

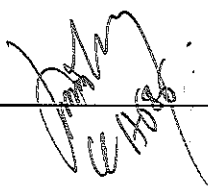
**11.17 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 18 de Março de 2016

O Contabilista Certificado



A Direcção

---